

A situação sociodemográfica das pessoas indígenas na América Latina e Caribe

Análise no contexto do envelhecimento e da COVID-19



OPAS

Organização
Pan-Americana
da Saúde

Organização
Mundial da Saúde
nas Américas



Década
de envelhecimento
saudável
nas Américas

Década do Envelhecimento Saudável nas Américas
situação e desafios

A situação sociodemográfica das pessoas indígenas na América Latina e Caribe

Análise no contexto do envelhecimento e da COVID-19

Washington, D.C., 2023

A situação sociodemográfica das pessoas indígenas na América Latina e Caribe. Análise no contexto do envelhecimento e da COVID-19

ISBN: 978-92-75-72647-1 (PDF)

ISBN: 978-92-75-72648-8 (versão impressa)

© **Organização Pan-Americana da Saúde, 2023**

Alguns direitos reservados. Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 3.0 Organizações Intergovernamentais da Creative Commons (CC BY-NC-SA 3.0 IGO).



De acordo com os termos da licença, é permitido copiar, redistribuir e adaptar a obra para fins não comerciais, desde que se utilize a mesma licença ou uma licença equivalente da Creative Commons e que ela seja citada corretamente, conforme indicado abaixo. Nenhuma utilização desta obra deve dar a entender que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) endossa uma determinada organização, produto ou serviço. Não é permitido utilizar o logotipo da OPAS.

Adaptações: em caso de adaptação da obra, deve-se acrescentar, juntamente com a forma de citação sugerida, o seguinte aviso legal: “Esta publicação é uma adaptação de uma obra original da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). As opiniões expressas nesta adaptação são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição da OPAS”.

Traduções: em caso de tradução da obra, deve-se acrescentar, juntamente com a forma de citação sugerida, o seguinte aviso legal: “Esta publicação não é uma obra original da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A OPAS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela exatidão da tradução”.

Citação sugerida: Organização Pan-Americana da Saúde. A situação sociodemográfica das pessoas indígenas na América Latina e Caribe. Análise no contexto do envelhecimento e da COVID-19. Washington, DC: OPAS; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275726471>.

Dados de catalogação: podem ser consultados em: <http://iris.paho.org>.

Vendas, direitos e licenças: para adquirir publicações da OPAS, entrar em contato com sales@paho.org. Para solicitações de uso comercial e consultas sobre direitos e licenças, ver www.paho.org/es/publicaciones/permisos-licencias.

Materiais de terceiros: caso um usuário deseje reutilizar material contido nesta obra que seja de propriedade de terceiros, como tabelas, figuras ou imagens, cabe a ele determinar se necessita de autorização para tal reutilização e obter a autorização do detentor dos direitos autorais. O risco de ações de indenização decorrentes da violação de direitos autorais pelo uso de material pertencente a terceiros recai exclusivamente sobre o usuário.

Avisos legais gerais: as denominações utilizadas nesta publicação e a forma como os dados são apresentados não implicam nenhum juízo, por parte da OPAS, com respeito à condição jurídica de países, territórios, cidades ou zonas ou de suas autoridades nem com relação ao traçado de suas fronteiras ou limites. As linhas tracejadas nos mapas representam fronteiras aproximadas sobre as quais pode não haver total concordância.

A menção a determinadas empresas comerciais ou aos nomes comerciais de certos produtos não implica que sejam endossados ou recomendados pela OPAS em detrimento de outros de natureza semelhante. Salvo erro ou omissão, nomes de produtos patenteados são grafados com inicial maiúscula.

A OPAS adotou todas as precauções razoáveis para confirmar as informações constantes desta publicação. Contudo, o material publicado é distribuído sem nenhum tipo de garantia, expressa ou implícita. O leitor é responsável pela interpretação do material e seu uso; a OPAS não poderá ser responsabilizada, de forma alguma, por qualquer prejuízo causado por sua utilização.

OPAS/FPL/HL/2023

Sumário

Agradecimentos	IV
Introdução	1
Contexto sociodemográfico dos povos indígenas na América Latina	1
Discriminação e violência contra as mulheres indígenas.....	4
Especificidades conceituais do envelhecimento saudável	7
Envelhecimento demográfico dos povos indígenas.....	10
Situação social, econômica e cultural das pessoas idosas indígenas	14
Disponibilidade de informações	14
O papel das pessoas idosas nas sociedades indígenas	15
A família das pessoas idosas indígenas.....	17
Nível de escolaridade de quem chefia a família.....	17
Arranjos residenciais.....	18
Condições materiais de vida.....	21
As pessoas idosas indígenas e a incapacidade	27
Conclusões	30
Referências	32

Agradecimentos

Este relatório foi elaborado pela Unidade de Curso de Vida Saudável do Departamento de Família, Promoção da Saúde e Curso de Vida da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Foi redigido por María Marta Santillán, com o apoio de Fabiana del Popolo, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e de Sandra del Pino, da OPAS. Agradecemos a contribuição de Mario Acuña, Sebastián Carrasco e Alejandra Silva Pizarro, da CEPAL, que processaram os censos populacionais e habitacionais, e de Vivian Milosavljevic, também da CEPAL, que processou as pesquisas de domicílios.

Esta publicação faz parte de uma série intitulada *A Década do Envelhecimento Saudável nas Américas: Situação e Desafios* e é fruto de uma iniciativa interinstitucional. A série foi coordenada e editada por Patricia Morsch, Enrique Vega e Pablo Villalobos, sob a supervisão de Luis Andrés de Francisco Serpa, da OPAS.

O objetivo desta série é oferecer atualizações periódicas sobre as diversas áreas de ação da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) na região, bem como sobre outros aspectos relacionados. Agradecemos a colaboração dos especialistas da OPAS, do Sistema das Nações Unidas, do Sistema Interamericano e do meio acadêmico que participaram da iniciativa e fizeram observações e recomendações essenciais para a elaboração do projeto.

Introdução

As complexas situações dos povos indígenas na América Latina e Caribe e suas particularidades tornam necessário destinar uma publicação especial à análise da situação corrente e de suas projeções. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos em termos de reconhecimento formal dos direitos dos povos indígenas, ainda existem atrasos significativos com respeito ao exercício de seus direitos – uma realidade que os mantém entre os grupos mais vulneráveis no que se refere a questões sociais, econômicas, demográficas e culturais.

São muitas as particularidades dos povos indígenas que exigem uma consideração especial quando se trata de pensar e compreender o envelhecimento saudável: dos diferentes processos de envelhecimento da população, que se entrelaçam com problemas estruturais, como desigualdades marcantes em relação à população não indígena e conflitos relacionados ao território, até aspectos culturais associados à forma de conceber e interpretar a velhice, o envelhecimento, a saúde e o que é saudável, entre outros.

Nos capítulos a seguir, apresenta-se uma visão geral desses temas. No segundo capítulo resume as informações contextuais sobre o tamanho, a localização e a distribuição da população, bem como as desigualdades estruturais que afetam as mulheres. O terceiro capítulo apresenta as especificidades conceituais do envelhecimento saudável, e o capítulo quarto capítulo discute o envelhecimento demográfico dos povos indígenas. Já o quinto capítulo se debruça sobre a situação social, econômica e cultural das pessoas idosas indígenas. Abrange seções dedicadas ao papel das pessoas idosas indígenas nas sociedades indígenas, nos lares dessas pessoas e a sua participação no mercado de trabalho, além de uma seção sobre as pessoas idosas indígenas e a deficiência. Por último, apresentam-se as conclusões.

Contexto sociodemográfico dos povos indígenas na América Latina

Com base nos censos populacionais mais recentes, estima-se que, em 2018, havia cerca de 58 milhões de indígenas na América Latina, o equivalente a 10% do total da população dessa sub-região. Em cada país, a situação é bastante variada, tanto em termos do número de pessoas (o México é o país com a maior população indígena, com cerca de 27 milhões de pessoas) quanto em termos de participação relativa (Figura 1). Em países como o Estado Plurinacional da Bolívia

e a Guatemala, a população indígena representa mais de 40% da população. Em seguida, vêm o Peru (26%) e o México (21%). No restante dos países, a população indígena é inferior a 10% da população total (7).

Embora os povos indígenas continuem a manter o traço de ruralidade associado aos assentamentos em seus territórios ancestrais na maioria dos países, existe uma heterogeneidade marcante entre os países e entre os povos de pertencimento. Na rodada de censos de 2010, observou-se que, em quatro dos 12 países com informações disponíveis, a maioria das pessoas indígenas residia em cidades, onde muitos deles viviam em condições de extrema pobreza, em áreas marginais, com dificuldade de obter serviços básicos e sem acesso a empregos dignos, o que constitui uma expressão da discriminação estrutural a que estão sujeitos (7).

Figura 1. População que se identifica como indígena



Nota: Dados de 17 países da América Latina, de acordo com o último censo disponível e com estimativas de 2018.

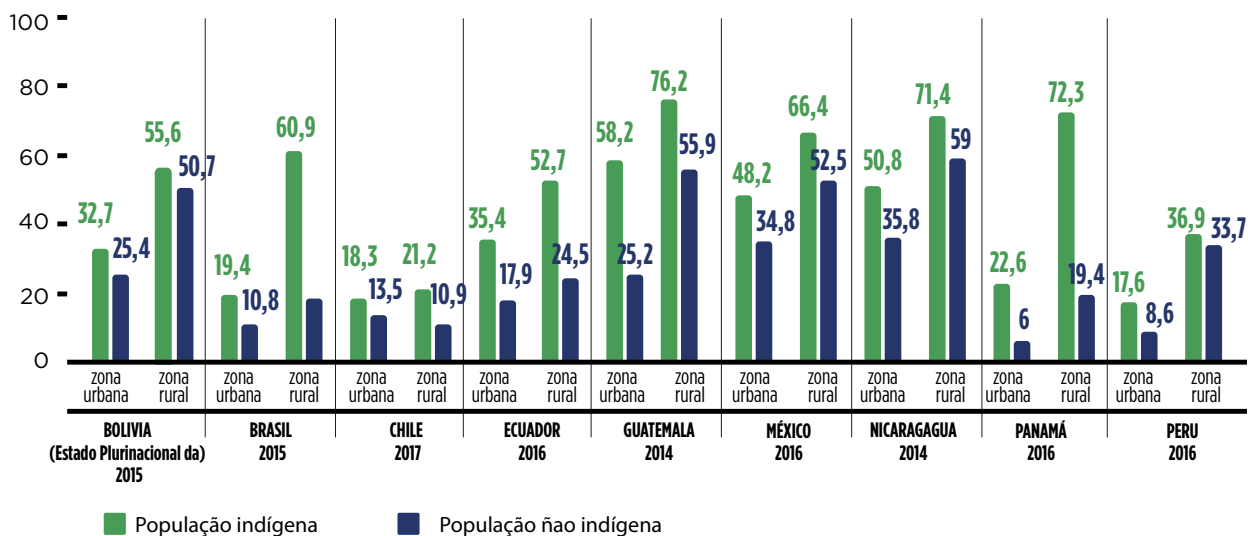
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe. Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45664>.

A situação dos mais de 800 povos indígenas na América Latina também é heterogênea com relação a diversos aspectos demográficos, sociais, territoriais e políticos (1). Existem povos indígenas que continuam a ser eminentemente rurais; outros que formam importantes assentamentos em áreas urbanas; povos transnacionais e até mesmo povos em isolamento voluntário. Além disso, na América Latina existem povos que “apresentam grande fragilidade, em perigo de desaparecimento físico ou cultural” (2). Sem a intenção de homogeneizar, destacam-se a seguir algumas situações características comuns às populações indígenas da sub-região que as diferenciam das populações não indígenas e são pertinentes quando se trata do envelhecimento saudável.

Em primeiro lugar, os povos indígenas sofrem as maiores desigualdades estruturais da América Latina em consequência de situações sociais, econômicas, culturais e políticas complexas iniciadas durante os processos de conquista e colonização, que foram naturalizando práticas discriminatórias e puseram em risco sua relação com o território, o exercício de seus direitos e, por extensão, seu bem-estar individual e coletivo (1). Essas realidades se refletem nos níveis de pobreza material, alfabetização e escolaridade, acesso à saúde e trabalho de qualidade, entre outras questões, consideravelmente diferentes daquelas das populações não indígenas, como evidenciado em vários estudos (1, 3, 4).

Nesse sentido, as proporções da população que vive em condições de pobreza, incluída a pobreza extrema, são mais elevadas entre a população indígena do que entre a população não indígena em todos os países, mesmo naqueles onde a incidência da pobreza é relativamente baixa. As diferenças entre as duas populações variam entre os países, com o Panamá apresentando as maiores desigualdades entre as populações indígena e não indígena (1).

Pode-se pensar que as populações indígenas têm níveis mais altos de pobreza do que a população não indígena porque residem principalmente na zona rural. No entanto, quando as desigualdades são analisadas por zona de residência (Figura 2), as diferenças entre as populações indígena e não indígena persistem, embora os níveis de pobreza nas cidades tendam a ser mais baixos.

Figura 2. População indígena e não indígena em situação de pobreza, por zona de residência

Nota: Dados de nove países da América Latina.

Fonte: Adaptado de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe. Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45664>.

Estudos também já mostraram como essas desigualdades étnicas são reforçadas quando fatores territoriais, geracionais e de gênero se cruzam e, por sua vez, como esses fatores se acumulam ao longo da vida e, em última instância, têm impacto na velhice das pessoas indígenas. Por isso, uma análise interseccional com ênfase na situação das mulheres é essencial.

Discriminação e violência contra as mulheres indígenas

É importante destacar a gravidade da situação das mulheres indígenas, em consequência da discriminação histórica que enfrentam devido ao entrelaçamento de gênero e da etnia, em um “sistema que as marginalizou das esferas econômica, social e política, e as caracterizou com uma identidade empobrecida e vitimista” (5). As desigualdades estruturais a que estão sujeitas se manifestam em diferentes campos:

- Na pobreza, uma vez que se observam diferenças de gênero e etnia na participação no trabalho, na renda, na idade de aposentadoria e no acesso a pensões e seu montante;
- Na educação, pois existem barreiras tanto em termos de acesso à educação quanto em termos de cobertura e qualidade do ensino;

- Na saúde, devido à dificuldade de acesso e à falta de adequação cultural dos serviços nos territórios;
- No exercício do poder e na tomada de decisões, pois, historicamente, foram relegadas ao âmbito doméstico;
- Nas diversas formas de violência de que são vítimas, perpetradas tanto por indígenas como por não indígenas (ver Quadro 1).

Com respeito a esta última questão, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) descreve as diversas formas e contextos em que a violência contra as mulheres indígenas ocorre (6). Sinteticamente, cumpre destacar o seguinte:

- Nos conflitos armados e na militarização das terras indígenas, as mulheres são vítimas de violência sexual, tráfico, escravidão, desaparecimentos e assassinatos, perpetrados tanto por atores estatais como não estatais.
- Nos projetos de desenvolvimento que envolvem a mercantilização da terra, a violência sexual e o tráfico de mulheres são proeminentes.
- No nível doméstico, embora seja difícil quantificar a violência nos domicílios, pois ela não costuma ser objeto de denúncia, a CIDH afirma que “as mulheres indígenas estão muito mais propensas a serem vítimas de violência doméstica do que as mulheres não indígenas” (6) e ressalta que “as consequências da violência doméstica possivelmente são mais agudas no caso das mulheres indígenas devido à falta de acesso a serviços de apoio e justiça, bem como a suas circunstâncias culturais e econômicas específicas” (6).
- No exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais, o acesso das mulheres aos serviços de saúde, educação, trabalho de qualidade e participação política, entre outras coisas, está comprometido em consequência da discriminação de que são vítimas.

A falta histórica de informações e dados sobre os problemas que afetam as mulheres indígenas tem contribuído para sua invisibilização. No entanto, com perseverança e trabalho constante, as mulheres indígenas têm conseguido se organizar e alcançar uma posição comum para lutar em defesa de seus direitos e dos de seus povos. Vêm obtendo o reconhecimento da comunidade internacional, e suas demandas figuram

nas agendas de desenvolvimento. Contudo, o avanço no exercício dos direitos, tanto individuais quanto coletivos, é menos promissor (1, 5, 7).

QUADRO 1. A violência de gênero nas comunidades indígenas

Entrevista com Tarcila Rivera Zea, membro do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e fundadora da organização não governamental Chirapaq, Centro de Culturas Indígenas.

Que tipos de violência de gênero são os mais significativos e os mais recorrentes dentro das comunidades indígenas?

Preferimos abordar as violências no plural. As violências, no plural, falam da necessidade e da urgência de vincular as violências que nós mulheres indígenas vivemos de forma recorrente com nossos direitos individuais e coletivos. Nessa pluralidade, a discriminação e o racismo são as violências que atuam como um guarda-chuva que cobre as demais, na presença de Estados e cidadanias que não raro nos tornam invisíveis e nos ignoram.

As mulheres indígenas sofrem danos físicos, psicológicos, espirituais, sexuais e econômicos que têm como causas, entre outras, a violência sexual como estratégia de guerra; a exploração ou escravização para o trabalho doméstico; a mutilação genital feminina; o recrutamento forçado de nossos filhos e filhas; a criminalização dos protestos em defesa de nossas terras e territórios; a tomada de nossos filhos em contextos de ditadura; o deslocamento forçado de nossos territórios, intensificado em contextos de conflito armado e mudança climática.

Entre alguns dos obstáculos, gostaria de mencionar que, na abordagem do atendimento das vítimas, existem obstáculos recorrentes nos registros, feitos sem pertinência étnica e sem uma visão integral. Predomina a ausência de uma análise profunda das causas próximas e distantes que sustentam a perpetuação da violência, além de uma cobertura básica deficiente dos serviços básicos com pessoal sensibilizado.

Da mesma maneira, o diálogo entre o direito comum e o direito consuetudinário é fraco e descoordenado. Apesar do reconhecimento da justiça ancestral por alguns Estados do continente, o respeito às estruturas de justiça tradicionais ainda é um desafio. Da mesma forma, os Estados não implementam os compromissos internacionais nem as leis nacionais em favor dos povos e mulheres indígenas em função de interesses econômicos de larga escala.

As violências contra as mulheres, jovens e meninas indígenas estão direta ou indiretamente ligadas a questões como a pobreza, a fome, a saúde, a educação, a disponibilidade de água, a desigualdade de gênero, o crescimento econômico, o consumo e a produção sustentáveis, a mudança climática, o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e a promoção de sociedades pacíficas.

(...)

O tema é grave não só por causa dos números, mas também por causa da impunidade e da indiferença, embora a sociedade tenha começado a manifestar sua rejeição com muito mais força nos últimos anos.

A prostituição de meninas wayuu na Venezuela, os casos de mutilação feminina na Colômbia, os casos de feminicídio, os números elevados em termos de gravidez precoce no Peru e em outros países da região, os assassinatos e a perseguição de mulheres indígenas defensoras dos direitos coletivos exigem ações e decisões concretas.

Fonte: ONU Mulheres. América Latina e Caribe. Para las niñas y mujeres indígenas, las violencias se tienen que abordar en plural: Tarcila Rivera Zea [Internet]. Nova York: ONU Mulheres; 2017. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2017/04/las-violencias-en-plural-tarcila-zea>.

Especificidades conceituais do envelhecimento saudável

A Organização Mundial da Saúde (OMS) entende o envelhecimento saudável como o processo de desenvolver e manter a habilidade funcional que permite o bem-estar na velhice. A habilidade funcional reflete as capacidades físicas e mentais de uma pessoa, os ambientes em que ela vive e as maneiras como as pessoas interagem com seu entorno (8). Para conhecer a situação das pessoas idosas indígenas e poder falar de envelhecimento saudável, é necessário abordar seu significado a partir da perspectiva dos próprios povos indígenas. Por esse motivo, é fundamental saber em que momento a velhice e o envelhecimento começam, como a saúde e o que é saudável se interpretam, e como é o relacionamento com o ambiente que habitam. Neste percurso, destaca-se a importância do território para os povos indígenas, ao mesmo tempo em que surge um conceito crucial: viver bem.

A velhice e o envelhecimento das pessoas variam em suas definições e assumem significados diferentes de uma cultura para outra. Sandra Huenchuán sintetiza o significado do processo de envelhecimento do ponto de vista indígena e distingue três elementos para justificar as diferenças: a concepção da idade da velhice, o papel e a posição social (9). O papel e a posição social são discutidos na segunda seção do quinto capítulo.

Quanto ao início da velhice, a autora destaca que, ao contrário das culturas ocidentais, regidas por uma idade cronológica geralmente fixada em 60 anos, no caso dos povos indígenas, prevalece uma idade fisiológica, relacionada à perda de certas capacidades instrumentais e funcionais para manter a autonomia e a independência:

Para grande parte das pessoas indígenas, a verdadeira velhice começa quando já não conseguem realizar tarefas ou atividades para a manutenção da família ou para a reprodução material da comunidade. Chega o momento de assumir novas funções, mas, em nenhum caso, isso significará a perda do sentimento de pertencimento, de integração a uma determinada comunidade. Ao contrário, trará novas responsabilidades e, por extensão, exigirá a capacidade de adaptação não apenas do indivíduo, mas também da organização familiar e da comunidade como um todo (9).

Para compreender o bem-estar e o envelhecimento saudável entre os povos indígenas, o paradigma do viver bem não pode ser ignorado.¹

¹ Nos idiomas originais, esse conceito é denominado *sumak kawsay* (quechua), *suma qamaña* (aymara), *kume mongen* (mapuche), *utz k'aslemal* (maia), *ñande reko* (guarani), *lekil kuxlejal* (tzeltal) e *shiir waras* (achuar), entre muitos outros (1).

Uma grande variedade de interesses e significados converge para o viver bem. Na versão andina, é um conceito que entende o bem-estar em termos comunitários, não individuais, que abrange também os antepassados e as gerações seguintes, e a natureza, dada a interdependência do ser humano com o território. Isso implica um distanciamento e uma ruptura do pensamento individual e universalista e das ideologias colonizadoras e europeias, em favor de um conceito ecocêntrico ou biocêntrico, com um horizonte de futuro que busca alcançar o bem-estar presente e futuro entre humanos e não humanos (1, 10, 11), regido pelos princípios da reciprocidade, cooperação e complementaridade, e no qual o crescimento econômico está subordinado e é desafiado pela conservação e revalorização da vida.

De acordo com a proposta de David Choquehuanca, existiriam quatro princípios fundamentais do *suma qamaña* (7):

- Saber escutar, ou seja, escutar uns aos outros, a Pachamama e a natureza;
- Saber dividir, o que implica conseguir distribuir a riqueza de forma equilibrada entre todos, como alternativa à competição;
- Saber viver em harmonia e complementaridade como seres humanos e, em especial, com a Mãe Terra;
- Saber sonhar para defender a identidade e alcançar a complementaridade.

Entre os principais aspectos descritos do viver bem, destacam-se (1, 12):

- Levar uma vida de equilíbrio com todos os seres de uma comunidade, o que pode ser entendido como construir relações sociais equitativas e não excludentes;
- Considerar e tratar a terra como uma mãe e não como uma mercadoria nem como um meio de produção ou algo para especulação;
- Usar e distribuir de forma racional os recursos naturais;
- Priorizar os direitos cósmicos sobre os direitos humanos.

O conceito de viver bem deriva do conceito de saúde que, para os povos indígenas, integra a harmonia entre os indivíduos, as comunidades e seu entorno territorial, social, cultural, espiritual, ambiental e cósmico. Os sistemas médicos indígenas entendem a saúde

como o equilíbrio entre forças naturais e espirituais, entre os indivíduos e as comunidades. Por consequência, a doença é concebida como uma alteração desse equilíbrio, e a cura, como sua restauração. Essa concepção holística implica que o direito à saúde está diretamente relacionado com outros direitos, como a integridade cultural, os direitos territoriais (que, por exemplo, tornam possível o desenvolvimento da medicina tradicional) e a autonomia alimentar (13).

Retomando a definição da OMS de envelhecimento saudável e fazendo referência às “maneiras como as pessoas interagem com o entorno”, é importante destacar o significado do território e o valor que ele representa para os povos indígenas. Em reconhecimento dessa ligação/unidade, a CIDH afirma que “para as comunidades indígenas, a relação com a terra não é meramente uma questão de posse e produção, mas sim um elemento material e espiritual que elas devem desfrutar plenamente, entre outras coisas, para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras” (14). Nessa mesma linha, os principais tratados internacionais de direitos estabelecem que a sobrevivência, a sobrevivência organizada, a identidade e a integridade cultural dos povos indígenas “estão fundamentadas no direito coletivo de acesso e controle dos territórios que historicamente lhes pertencem, incluídos os recursos naturais ali disponíveis” (1). Apesar desse reconhecimento e dos avanços normativos em termos dos direitos territoriais dos povos indígenas, o exercício desses direitos continua a ser limitado.

Com efeito, vários estudos já mostraram as lacunas na implementação com respeito aos direitos territoriais e ao aumento da criminalização e militarização dos territórios, o que repercute diretamente no bem-estar dos povos e pessoas idosas indígenas (1). Além disso, a sobrevivência de alguns povos indígenas está ameaçada pela confluência de múltiplos fatores decorrentes do modelo de desenvolvimento e da expansão do extrativismo e do agronegócio, como a espoliação territorial, a contaminação da água, o desvio de rios e a degradação do solo, entre outros (1). Isso atenta contra a saúde dos povos indígenas, o que se manifesta em indicadores de desnutrição, mortalidade alta e persistência de doenças infecciosas e contagiosas, juntamente com o aumento de doenças crônicas e degenerativas (1, 4).

Envelhecimento demográfico dos povos indígenas

A situação demográfica dos povos indígenas é heterogênea, pois se observam diferentes níveis, padrões e tendências nas variáveis que definem a dinâmica demográfica, como a fertilidade, a mortalidade e a migração. Um fator comum que se destaca é a tendência para a redução da fertilidade e da mortalidade nos primeiros anos, com impacto no aumento da expectativa de vida. Esses processos se manifestam na estrutura etária da população indígena, pois se nota uma redução do peso relativo dos jovens e um aumento da proporção da população com 60 anos ou mais, que está alcançando idades cada vez mais avançadas. Assim, embora as populações indígenas na maioria dos países ainda tenham estruturas etárias mais jovens do que a das populações não indígenas, pode-se afirmar que os povos indígenas já iniciaram o processo de envelhecimento (1).

Essa realidade pode ser vista na Figura 3, em que, a partir da observação da proporção das populações indígena e não indígena com 60 anos ou mais em uma perspectiva comparativa², é possível distinguir diferentes padrões de comportamento:

- Uruguai e Chile se destacam por serem os países mais envelhecidos, isto é, com a maior proporção de pessoas indígenas com 60 anos ou mais. Chama a atenção em especial a elevada proporção de pessoas com 80 anos ou mais. Embora a população não indígena nesses países seja mais velha que a população indígena, é interessante notar que o nível de envelhecimento da população indígena nesses países supera os níveis de envelhecimento da população não indígena na maioria dos demais países.
- O Estado Plurinacional da Bolívia e a Costa Rica estão em uma situação muito particular, pois são os únicos onde o nível de envelhecimento da população indígena é superior ao da não indígena. No entanto, os resultados no Estado Plurinacional da Bolívia devem ser tratados com cautela, pois foram detectados possíveis problemas na autoidentificação indígena (1).
- Já no Equador, o nível de envelhecimento da população indígena é semelhante ao da não indígena.

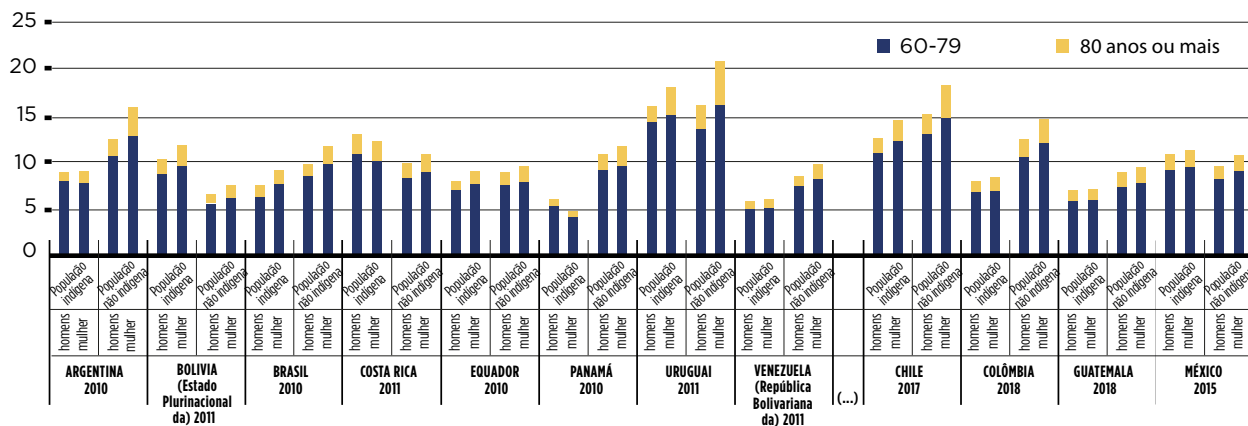
² As informações foram extraídas dos dados do último censo disponível de cada país. Assim, ao fazer comparações, é necessário esclarecer que os dados correspondem a diferentes momentos.

- Nos demais países, a população não indígena está envelhecendo mais do que a população indígena, embora em níveis diferentes: a Argentina, o Brasil e a Colômbia, nessa ordem, são os países onde a transição da população indígena está mais avançada, seguidos pela Guatemala, pela República Bolivariana da Venezuela e, por último, pelo Panamá, onde a proporção da população indígena com 60 anos ou mais está próxima de 5%.

Ao interpretar esses dados, é importante lembrar que, em cada país, a estrutura etária dos povos é diferente, sobretudo devido ao comportamento da fertilidade, uma variável ligada aos padrões culturais e sociais de cada povo (ver Quadro 2). Além disso, as tendências observadas nos países no nível agregado (população indígena total) são reflexo do que está ocorrendo nos povos maiores, o que torna invisível a situação dos povos menores.

Da mesma forma, se os dados fossem analisados de acordo com a zona de residência, também seriam observadas diferenças, sobretudo nas cidades, onde a estrutura etária é afetada pela migração e pelo deslocamento dos territórios de origem. Nesses contextos urbanos, de modo geral, destacam-se uma proporção maior de indígenas em idade reprodutiva e economicamente ativa (entre 15 e 59 anos de idade) e uma proporção menor de crianças e adolescentes menores de 15 anos em comparação com o peso relativo dessas faixas etárias nas áreas rurais (15). O outro lado desses comportamentos é a existência de comunidades indígenas rurais com uma presença significativa de pessoas idosas, mulheres e crianças.

Figura 3. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais, por sexo e faixa etária



Note: Dados de 12 países da América Latina.

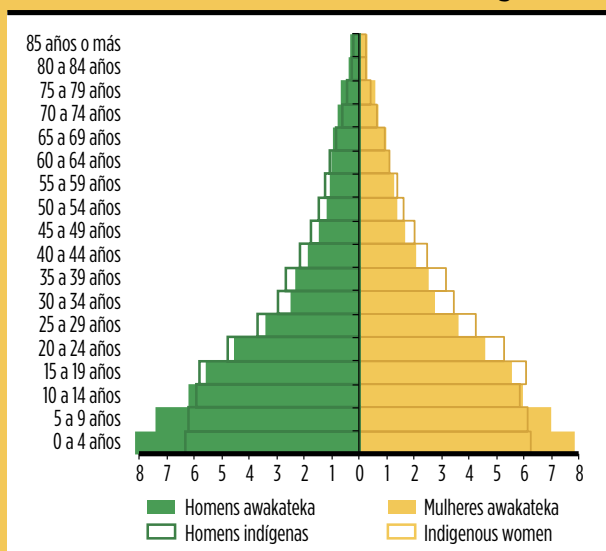
Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nos censos populacionais e habitacionais mais recentes disponíveis.

QUADRO 2. . Exemplo da dinâmica demográfica dos povos indígenas na Guatemala.

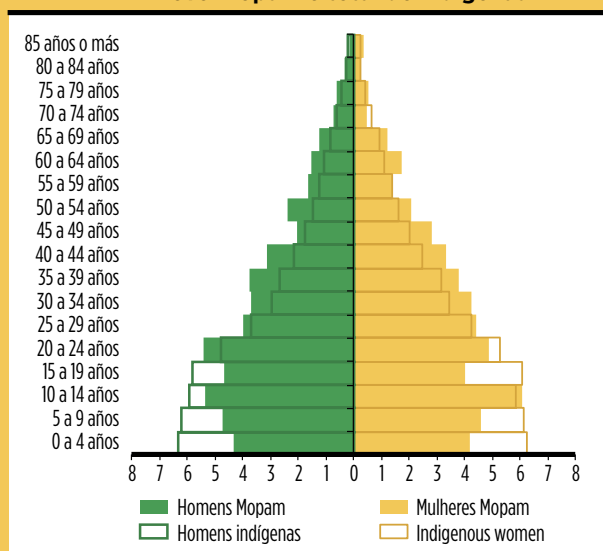
É preciso analisar a dinâmica demográfica dos diferentes povos indígenas em cada país, pois os resultados no nível nacional são determinados pelos povos mais numerosos. Como ilustrado no gráfico com quatro comunidades linguísticas do povo maia na Guatemala, existe uma grande heterogeneidade segundo os povos ou comunidades de pertencimento. O último censo mostra que o povo awakateka tem uma estrutura populacional muito jovem em comparação com as demais comunidades selecionadas (q'eqchi', k'iche' e mopam). Além disso, a pirâmide aparentemente envelhecida da comunidade mopam, com uma população de 3.360 pessoas segundo o censo de 2018, constitui um alerta para a fragilidade demográfica que esse povo poderia estar experimentando e para a necessidade de analisar os fatores subjacentes a esses resultados, incluídos os possíveis problemas de autoidentificação.

Guatemala: pirâmides populacionais da população indígena e de comunidades linguísticas maias selecionadas, 2018

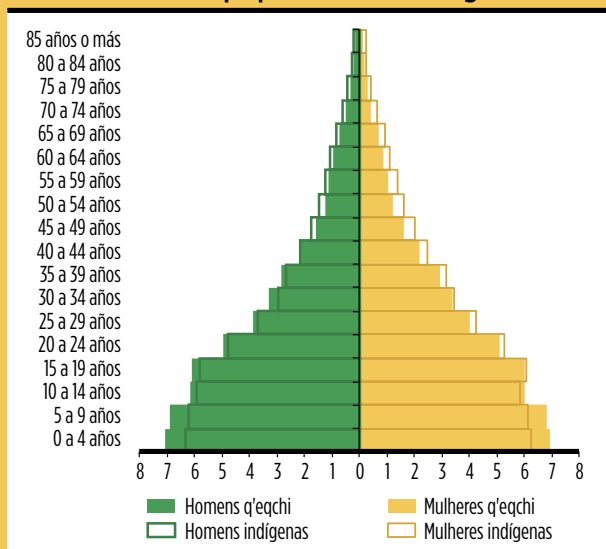
A. Povo awakateka e total de indígenas



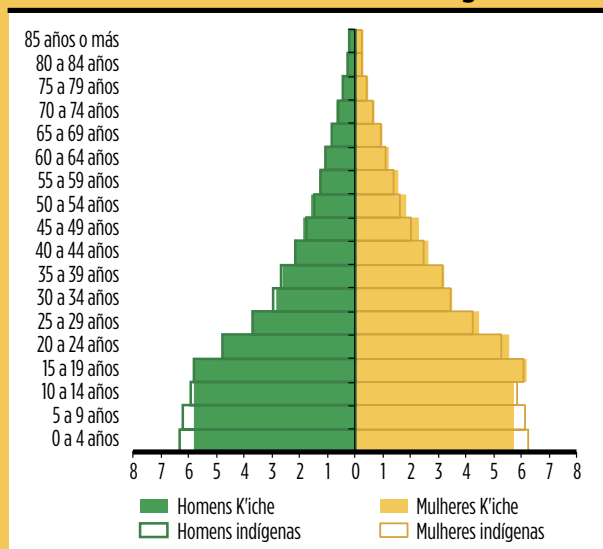
B. Povo mopam e total de indígenas



C. Povo q'eqchi' e total de indígenas



D. Povo k'iche' e total de indígenas



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe. Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45664>.

Em termos de políticas públicas, é importante conhecer não apenas o grau de envelhecimento e a participação relativa da população idosa, como analisado nos parágrafos anteriores, mas também sua composição por sexo. A tendência geral nas populações revela a existência de um fenômeno conhecido como a feminização da velhice, ou seja, um número maior de mulheres do que de homens, uma tendência que se amplia com a idade. A explicação está na maior expectativa de vida das mulheres. Para medir esse comportamento, emprega-se o índice de feminilidade de uma população, que representa o número de mulheres para cada 100 homens. Pelos motivos expostos acima, a expectativa é que seus valores sejam superiores a 100.

A Figura 4 mostra o índice de feminilidade da população indígena em duas faixas etárias: 60 anos ou mais e 80 anos ou mais. Em todos os países, com exceção da Costa Rica e do Panamá, são observados valores superiores a 100 e, como esperado, a diferença se torna maior à medida que a idade aumenta devido à sobremortalidade masculina.³

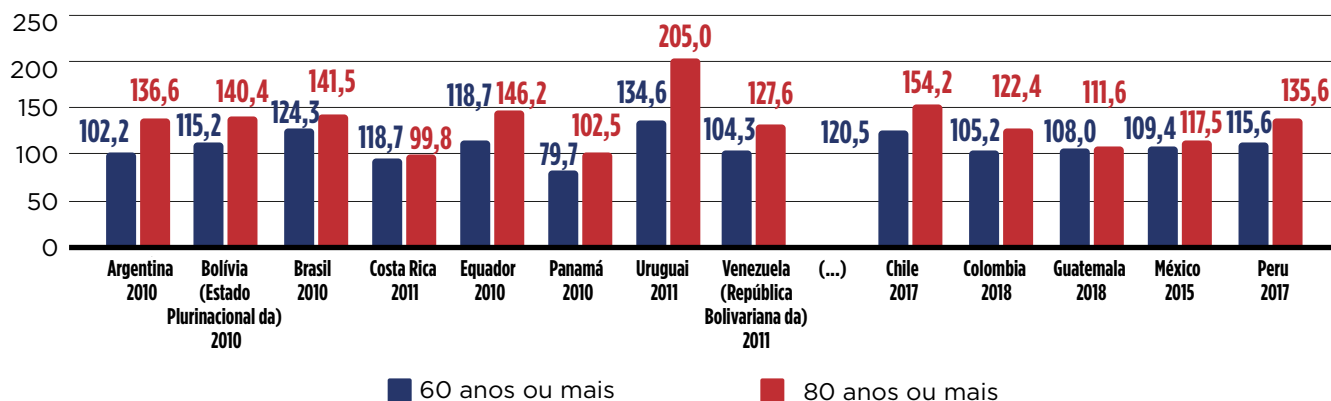
Quando o comportamento se desvia desse padrão, como é o caso na Costa Rica e no Panamá, isso talvez se deva a uma mortalidade diferencial significativa (por exemplo, uma mortalidade materna muito alta que então se reflete na velhice ou uma migração diferencial por sexo). Contudo, no caso das populações indígenas, considerando que os dados provêm dos censos, é possível que a explicação também esteja relacionada a vieses na autoidentificação étnica diferencial por sexo e idade. Assim, a análise dessas questões exige um olhar mais detido.

Apesar do exposto acima, e voltando à tendência geral nos países, a Figura 4 mostra diferentes níveis de feminização na faixa etária de 60 anos ou mais. Nesse sentido, de acordo com a rodada de censos de 2010, os povos indígenas da Argentina e da República Bolivariana da Venezuela têm os números de homens e mulheres mais semelhantes (com proporções de 102 e 104 mulheres para cada 100 homens, respectivamente), juntamente com a Colômbia (105). O Uruguai se encontra no outro extremo, com 134 mulheres por 100 homens.

A Figura 4 também revela que, nos países com censos mais recentes, como Colômbia, Guatemala e México, o crescimento da feminização da velhice nos povos indígenas é menos pronunciado do que nos demais países. Isso poderia ser consequência de uma diminuição da diferença na expectativa de vida das pessoas indígenas entre os sexos. Esses possíveis cenários precisam ser analisados mais detidamente. Sem dúvida, essas estruturas e dinâmicas diferentes na composição

da população de pessoas idosas devem ser consideradas nas políticas públicas, no âmbito das especificidades culturais dos povos indígenas.

Figura 4. Índice de feminilidade da população indígena com 60 anos ou mais e 80 anos ou mais



Nota: Dados de 13 países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nos censos populacionais e habitacionais mais recentes disponíveis.

Situação social, econômica e cultural das pessoas idosas indígenas

Disponibilidade de informações

Antes de começar, é preciso mencionar a falta de informações sistemáticas e atualizadas que permita conhecer o número de povos indígenas que vivem na América Latina e suas realidades, sobretudo porque as fontes de dados que abrangem perguntas de identificação étnica são insuficientes. A esse respeito, cumpre destacar que, nas últimas rodadas de censos populacionais e habitacionais, sobretudo desde 2010, aumentou o número de países que incluíram perguntas que não apenas permitem a identificação indígena, mas também indicam os povos de pertencimento. Isso foi possível graças ao envolvimento de organizações indígenas, ao apoio de organismos internacionais e instituições acadêmicas e à resposta positiva dos países.

Nesse contexto, também vale destacar as pesquisas de domicílios em alguns países da América Latina que incluem a variável de identificação étnica. Com base em uma amostra de domicílios, essas pesquisas complementam as informações do censo e possibilitam aprofundar diversas questões sociodemográficas e econômicas com maior periodicidade do que os recenseamentos. Além disso, vale a pena mencionar os atrasos significativos que persistem em termos

de registros contínuos, o que se reflete na escassa disponibilidade de informações de saúde desagregadas sobre os povos indígenas, uma questão que se tornou evidente no contexto da pandemia de COVID-19.

Portanto, nesta seção, usamos principalmente informações dos censos de cinco países (Chile, Colômbia, Guatemala, México e Peru), selecionados porque as informações do censo são mais recentes e também porque representam 80% da população indígena na América Latina (15, 16). Ademais, apresentam-se dados de pesquisas de domicílios em 10 países da América Latina feitas recentemente (em 2015 e 2016). Devido ao interesse especial em mostrar situações de desigualdade a respeito da população não indígena, são adotados indicadores comparáveis entre as duas populações e com base na idade cronológica de 60 anos.

O papel das pessoas idosas nas sociedades indígenas

Nos povos indígenas, é atribuído a cada pessoa um papel no seio da família, de acordo com seu estágio de vida e sexo. Nessas sociedades, centradas na família e na cultura, o papel das pessoas idosas é transmitir seus conhecimentos e sua cultura às gerações mais jovens (9). Essas pessoas são as autoridades morais e os guias espirituais, e são valorizadas por seus conhecimentos e sabedoria. Assim, diferentemente das sociedades ocidentais, onde as pessoas idosas muitas vezes assumem um papel passivo e dependente, nas comunidades indígenas, as pessoas idosas têm um papel participativo e consultivo nos problemas e decisões que afetam toda a comunidade. É delas a última palavra.

Nesse sentido, destacam-se os médicos tradicionais, cuja função é desempenhada por algumas pessoas idosas — homens ou mulheres, dependendo de cada cultura — de acordo com as regras transmitidas de geração em geração. São eles que preservam o saber e as práticas ancestrais e detêm o poder ou a autoridade para escolher seus sucessores. No contexto atual da COVID-19, tanto os médicos tradicionais como as pessoas idosas indígenas de modo geral cumpriram uma função central nas muitas ações tomadas para mitigar os efeitos da pandemia, como as iniciativas relacionadas à geração de dados sobre o contágio e os mortos em suas comunidades; a implementação de campanhas para informar e conscientizar sobre a prevenção do vírus; a adoção de medidas de contenção e mitigação, como os isolamentos sanitários, a proibição de acesso às comunidades, a vigilância, o monitoramento comunitário, a criação de protocolos de circulação e isolamento; o uso e promoção da medicina tradicional

e a adoção de medidas para assegurar a segurança alimentar (16). Quanto à posição social na velhice, “nas famílias, tanto homens quanto mulheres geralmente ganham mais status com a idade, e a transição para a velhice costuma marcar o auge da posição social que o indivíduo — pelo menos o homem — pode atingir” (9). Alguns autores já apontaram que, com o avanço da transição demográfica, as migrações e as transformações sociais e o aumento do contato com a cultura hegemônica, esse status se relativizou (17) (ver Quadro 3).

QUADRO 3. A velhice masculina no México

O velho indígena (masculino) tem sido percebido de forma homogênea como o que controla o poder na aldeia por meio de instituições políticas como o Conselho de Anciãos; o conhecedor da tradição oral e dos rituais da comunidade; o que administra os meios de produção; o conselheiro; o cidadão “principal”, que maneja o controle social por meio de seu conhecimento e experiência; é o xamã, conhecedor dos segredos da medicina, da magia e da feitiçaria, que o tornam potencialmente prejudicial ou curativo, dependendo das circunstâncias. Sob essa figura “idealizada”, não apenas seu próprio povo, mas a comunidade como um todo o teme, protege e ama, lhe obedece e respeita, pois o tempo o coroou com uma elevada posição social e lhe concedeu a categoria de um homem idoso venerado. Não sabemos se essa velhice idílica alguma vez existiu. A realidade social é muito mais complexa do que uma visão tão homogênea da velhice indígena “tradicional”.

Observamos que a suposta “autoridade” que o velho indígena tem sobre a família e a sociedade está desaparecendo rapidamente devido às mudanças na estrutura familiar de estendida para nuclear e de endogâmica para exogâmica, e devido às mudanças nos estilos de vida, todas elas provocadas pela transição demográfica. Nas esferas de poder da sociedade, os espaços políticos estão sendo conquistados por jovens e adultos de meia-idade.

Fonte: Baseado em Reyes Gómez L. Envejecer en Chiapas. Etnogerontología zoque. México: Programa de Pesquisas Multidisciplinares sobre a Mesoamérica e o Sudeste, Universidade Nacional Autônoma do México, Instituto de Estudos Indígenas da Universidade Autônoma de Chiapas; 2002. Disponível em: <https://www.cimsur.unam.mx/index.php/publicacion/obra/120>.

No caso das idosas indígenas, apenas as que exerceram a função de curandeira ou parteira, ou que compartilham a função social do marido ao ocupar cargos civis e religiosos, tendem a manter sua posição (18) (ver Quadro 4). O restante das mulheres, que tiveram que enfrentar situações de acesso desigual a oportunidades ao longo da vida, são ignoradas em suas funções na velhice, uma realidade ainda mais acentuada nas cidades, onde o respeito às pessoas idosas é reduzido, o que também implica a perda dos papéis tradicionais (16). Portanto, ao estudar a velhice indígena, é preciso que as análises sejam contextualizadas com as realidades socioculturais e territoriais de cada povo.

QUADRO 4. A velhice feminina no México

Nos estudos etnográficos, a velhice das mulheres indígenas é descrita de forma tangencial, subordinada ao papel social masculino; em outras palavras, são poucos os trabalhos que fazem referência ao setor feminino que envelheceu. Nesses estudos, as mulheres indígenas desempenham um papel secundário na velhice. Com exceção de sua atividade como curandeira, parteira ou artesã habilidosa, a anciã não tem influência nas decisões políticas da comunidade.

De modo geral, o papel que tem sido registrado para as anciãs indígenas está circunscrito às tarefas domésticas, além de sua exclusão na herança de bens materiais. O papel subordinado das anciãs pode ser visto desde cedo em aspectos como a imposição do casamento, a submissão ao marido e o acesso menor à educação escolar, entre outras limitações. E quando ela atinge a velhice, essas restrições se tornam ainda maiores, sobretudo na viuvez. (...)

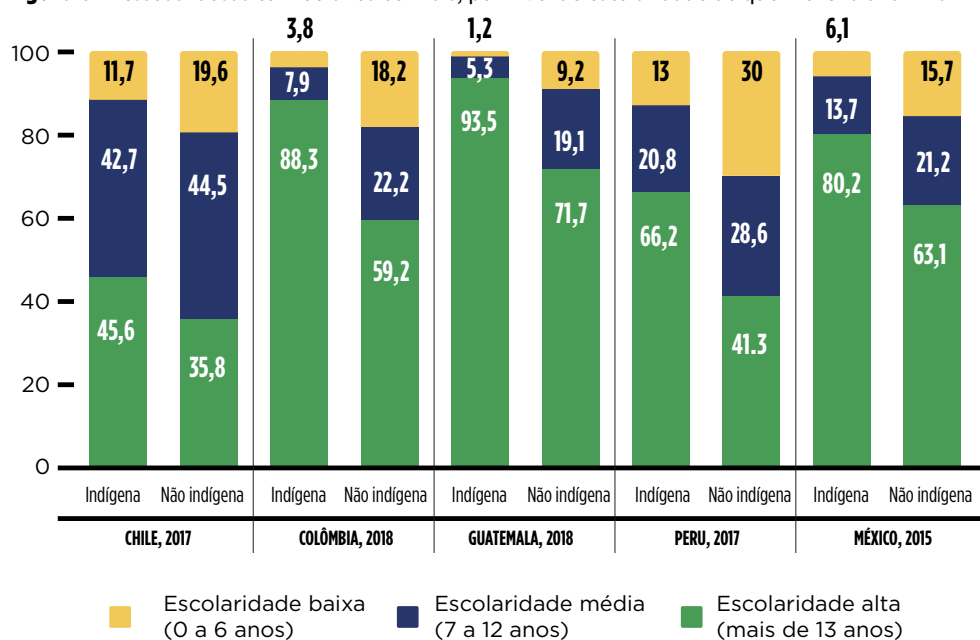
Nos povos em que as tradições artesanais, como cerâmica, tecelagem, etc., ainda são preservadas, o trabalho nos ritos de iniciação e no ensino é confiado às mulheres idosas, ou seja, às “velhas”. No campo terapêutico, são reconhecidas apenas algumas idosas que exercem o ofício de curandeira e parteira, sobretudo na atenção à gravidez, ao parto e ao puerpério.

Fonte: Villasana Benítez S e Reyes Gómez L. Diagnóstico sociodemográfico de los adultos mayores indígenas de México. México: Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323202590_Diagnostico_Sociodemografico_de_los_Adultos_Mayores_Indigenas_de_Mexico.

A família das pessoas idosas indígenas

Nível de escolaridade de quem chefia a família

Uma maneira de mostrar evidências da situação socioeconômica da família, um fator que pode influenciar o bem-estar das pessoas idosas, é aproximá-la com base no número de anos de escolaridade alcançado pela pessoa que chefia a família. Dos países com informações do censo mais recentes (Figura 5), Guatemala, Colômbia, México e Peru, nessa ordem, mostram porcentagens elevadas de pessoas idosas indígenas que vivem em famílias em que a pessoa que a chefia tem até seis anos de escolaridade (93,5%, 88,3%, 80,2% e 66,2%, respectivamente), e diferenças significativas em relação às pessoas idosas não indígenas. No outro extremo, o Chile tem níveis mais altos de escolaridade e diferenças menores entre a população indígena e não indígena.

Figura 5. Pessoas Idosas com 60 anos ou mais, por nível de escolaridade de quem chefia a família

Nota: Dados de cinco países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nos censos populacionais e habitacionais mais recentes disponíveis.

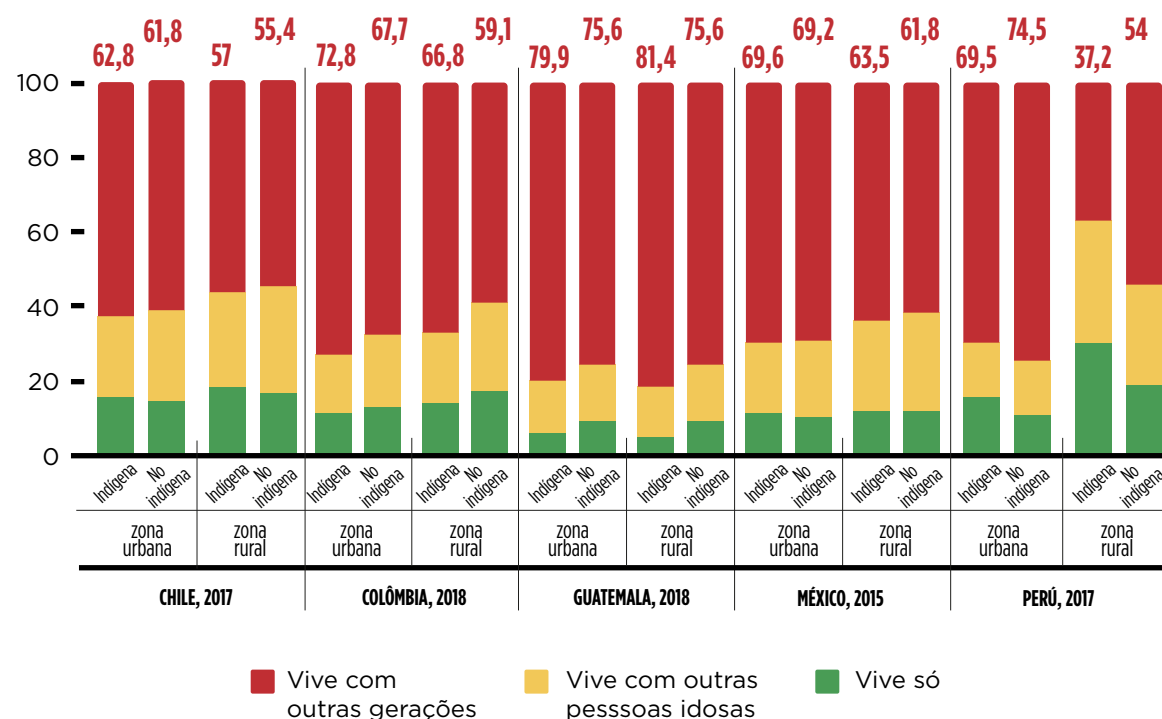
Arranjos residenciais

Conforme a configuração do lar em que vivem, as pessoas idosas indígenas devem empregar estratégias distintas para cumprir suas atividades diárias e assegurar sua sobrevivência, motivo pelo qual uma questão central com relação ao bem-estar das pessoas idosas é saber com quem elas dividem seu espaço no dia-a-dia. Algumas pessoas idosas vivem sozinhas, outras dividem o lar apenas com outras pessoas idosas ou com pessoas de outras gerações. A Figura 6 destaca a grande proporção de pessoas idosas indígenas que pertencem a famílias em que convivem várias gerações. Os níveis mais altos são encontrados na Guatemala (79,9% nas áreas urbanas e 81,4% nas áreas rurais), seguida pela Colômbia (72,8% nas áreas urbanas e 66,8% nas áreas rurais) e México (69,6% nas áreas urbanas e 63,5% nas áreas rurais). Além disso, a tendência geral indica que os arranjos residenciais intergeracionais são mais comuns nas cidades do que nas áreas rurais, com a exceção da Guatemala.

Além disso, é importante destacar que os valores observados nas populações indígenas são sempre superiores aos das populações não indígenas, o que pode ser uma resposta a questões culturais, pois é sabido que, na América Latina, as famílias indígenas são mais numerosas do que as não indígenas devido aos altos índices de fertilidade e à manutenção de estruturas familiares maiores do que entre as populações não indígenas. No entanto, pode também atender

a estratégias de sobrevivência socioeconômica diante de situações de escassez de recursos e de falta de proteção social na velhice (19).

Figura 6. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais por coabitação intergeracional e zona de residência



Nota: Dados de cinco países da América Latina.

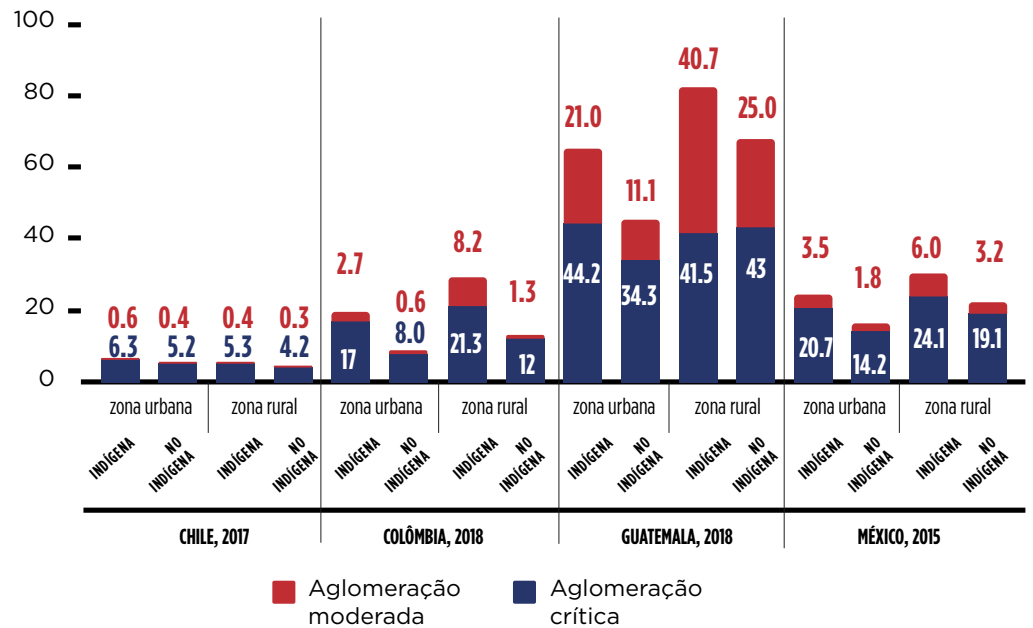
Fonte: Adaptado de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe et al. El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva. Série Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/171). Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46543>.

Convém ter em mente que os arranjos residenciais podem ser um dos maiores riscos associados à COVID-19. Embora a coabitação possa ser um fator que torne mais fácil para as pessoas idosas afastar-se dos espaços públicos e obter assistência para seus cuidados básicos, também pode ser um fator de aglomeração, sobretudo na ausência de políticas habitacionais que assegurem o bem-estar dos povos indígenas e, menos ainda, que incorporem padrões culturalmente apropriados (15).

Nesse sentido, a Figura 7 mostra que em todos os países com informações disponíveis, a proporção de pessoas idosas em situação de aglomeração é maior nas populações indígenas do que nas não indígenas, o que evidencia não apenas níveis mais baixos de bem-estar, mas também uma maior vulnerabilidade ao contágio intradomiciliar (ver Quadro 5). Na mesma figura, destaca-se a situação da Guatemala, onde mais de 80% das pessoas idosas indígenas nas áreas rurais e mais de 65% nas áreas urbanas vivem em condições de aglomeração. Vêm

em seguida a Colômbia (20% nas áreas urbanas e 29,5% nas áreas rurais) e México (24,2% nas áreas urbanas e 30% nas áreas rurais). A situação do Chile é diferente: é o país com os menores níveis de aglomeração e onde a tendência entre as áreas urbanas e rurais é invertida (7% nas áreas urbanas e 6% nas áreas rurais).

Figura 7. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais que vive em condições de aglomeração, por zona de residência



Nota: Dados de quatro países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nos censos populacionais e habitacionais mais recentes disponíveis.

QUADRO 5. Aglomeração e vulnerabilidade ao contágio da COVID-19

Um dos fatores que inevitavelmente favoreceram a propagação da COVID-19 entre os povos indígenas foi a pobreza. Por exemplo, nas comunidades indígenas da região Costa Caribe (Nicarágua), normalmente de três a cinco famílias vivem em uma casa, o que significa cerca de 15 a 20 pessoas. Essas aglomerações familiares tornam impossível tomar medidas de distanciamento e isolamento, sejam elas preventivas ou após a doença haver passado. Muitas famílias ou pessoas em comunidades indígenas sofrem com os sintomas associados à COVID-19 de forma aguda e acredita-se que chegam até a morrer, mas isso não pode ser afirmado com certeza, pois não é possível provar cientificamente as causas da morte. Os baixos níveis de renda também forçam as pessoas a se mobilizarem nos campos de trabalho ou nas cidades para comprar gêneros alimentícios de primeira necessidade, como sal e óleo. Nesses deslocamentos, se expõem ao vírus e tampouco conseguem comprar os suprimentos de higiene mais comuns recomendados para prevenir infecções, como álcool em gel, sabão e máscaras.

Fonte: Baseado em Larry Salomon P. La Coronavirus en los Pueblos Indígenas de la Costa Caribe (Tagusgalpa) de Nicaragua [Internet]. Nicarágua Plataforma Indígena Regional frente al Covid-19; 2020. Disponível em: <https://indigenascovid19.red/archivos/12011>.

Condições materiais de vida

As condições materiais nas quais as pessoas idosas indígenas vivem refletem seu nível de bem-estar e, ao mesmo tempo, são fatores-chave para assegurar sua saúde e sobrevivência, sobretudo no contexto da pandemia de COVID-19. Com base nas informações disponíveis, todos os países apresentam proporções elevadas de povos indígenas com 60 anos ou mais sem acesso a água e saneamento, com diferenças sistematicamente grandes entre as populações indígenas e não indígenas, desigualdades que persistem tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais (Figuras 8 e 9). Essas desigualdades, combinadas com a aglomeração, evidenciam o risco maior de contágio e disseminação do vírus entre a população indígena do que entre a não indígena.

Outra questão importante é a qualidade e a frequência do acesso a água e saneamento. Como afirma a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL):

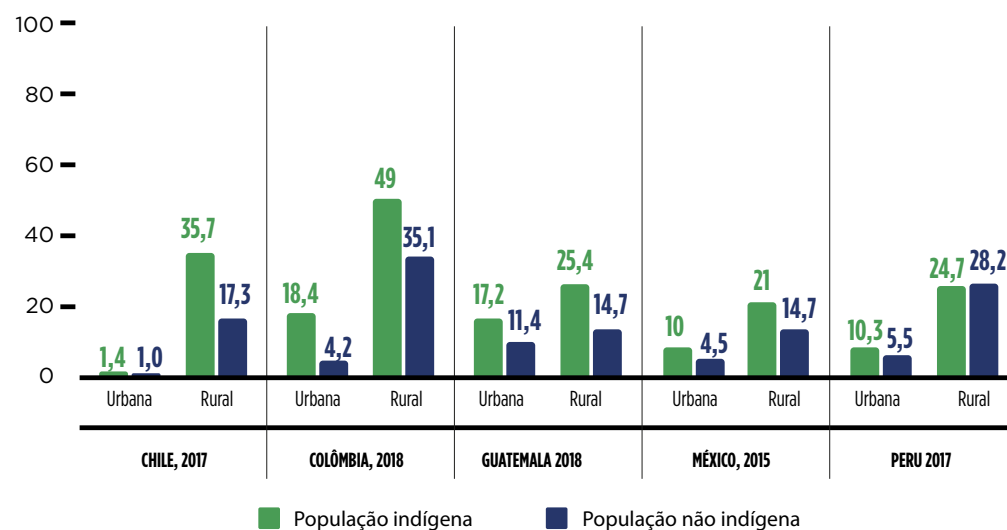
É importante destacar que os indicadores de acesso adequado a água e saneamento, extraídos de censos ou pesquisas, costumam captar apenas informações sobre a forma de acesso nas moradias, mas não medem a qualidade da água nem a frequência diária com que ela chega às residências. Tampouco informam se existe um tratamento sanitário adequado antes da devolução à natureza, o que não raro contamina sistemas de água que mais tarde serão a fonte de água de muitas pessoas (19).

Assim, as vulnerabilidades destacadas nesta seção poderiam ser ainda maiores se esses aspectos fossem considerados. Além disso, cumpre mencionar que os conflitos territoriais, as atividades de mineração e o agronegócio que continuam a se estender nos territórios indígenas ameaçam cada vez mais o acesso a água, o que significa um retrocesso inadmissível em termos do exercício de direitos.

Água potável

A importância da água como meio de higiene, limpeza e desinfecção das mãos, objetos e superfícies para evitar a propagação da COVID-19 é amplamente conhecida. Observa-se que as maiores carências ocorrem nas áreas rurais (Figura 8). Destacam-se as áreas rurais da Colômbia e do Chile, onde a proporção da população indígena com 60 anos ou mais sem acesso a água potável chega a 49% e 35,7%, respectivamente. Nos demais países, as porcentagens variam de 21% a 25%. Nas áreas urbanas, essa carência é maior na Colômbia (18,4%) e na Guatemala (17,2%). Em países como o México e o Peru, os níveis estão próximos de 10%. Já no Chile, a situação é mais favorável, pois a proporção da população indígena urbana sem acesso a água potável é de 1,4%. Em todos os países, se observam desigualdades entre as populações indígena e não indígena. O único caso em que essa diferença não existe é na zona rural do Peru. Contudo, os níveis de escassez são altos para as duas populações (entre a população indígena com 60 anos ou mais chega a quase 25%, ao passo que, na mesma faixa etária da população não indígena, é de 28,2%).

Figura 8. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais que vive em habitações sem acesso a água potável, por zona de residência



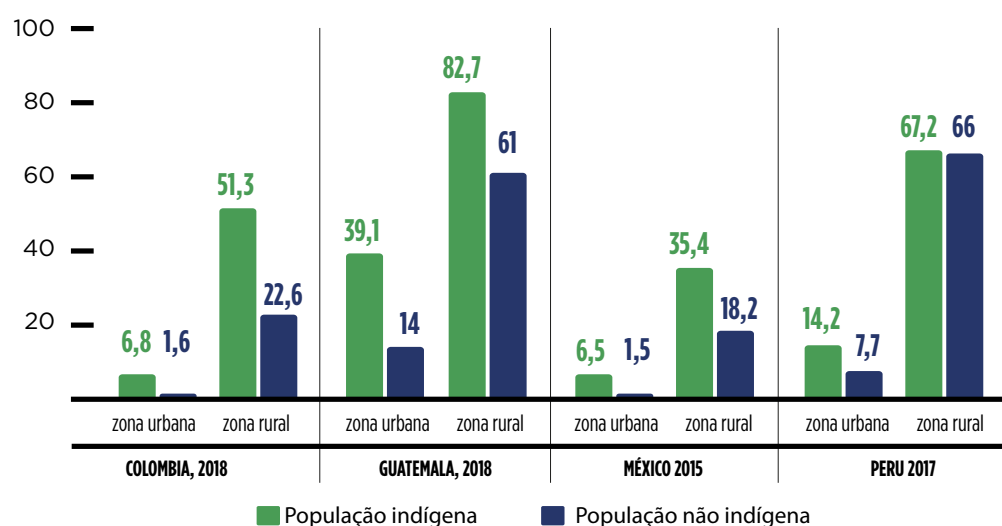
Nota: Dados de cinco países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nos censos populacionais e habitacionais mais recentes disponíveis.

Saneamento

A proporção de pessoas idosas que carecem de serviço de saneamento é ainda maior do que a de pessoas idosas que não têm acesso a água potável. Nas áreas rurais, destaca-se a Guatemala, com 82,7% das pessoas indígenas com mais de 60 anos de idade enfrentando esse tipo de escassez, seguida pelo Peru (67,2%), Colômbia (51,3%) e México (35,4%). Nas áreas urbanas, os países com níveis mais altos de falta de serviços de saneamento são a Guatemala e o Peru, com taxas de 39,1% e 14,5%, respectivamente (Figura 9).

Figura 9. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais que vive em habitações sem acesso a saneamento, por zona de residência



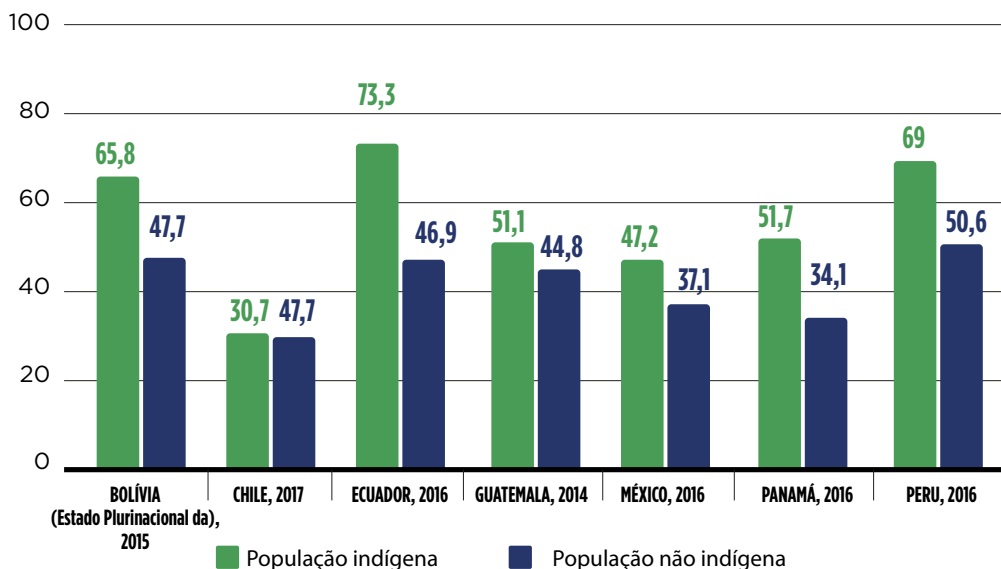
Nota: Dados de quatro países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nos censos populacionais e habitacionais mais recentes disponíveis.

Participação das pessoas idosas indígenas no mercado de trabalho

Com respeito ao mercado de trabalho, a Figura 10 mostra uma situação interessante, pois a população indígena com 60 anos ou mais tem níveis mais altos de participação na força de trabalho do que a população não indígena nos sete países com informações disponíveis. Essa realidade, mais pronunciada nas áreas rurais, pode se dever a diversas razões. A primeira explicação é que, entre os povos indígenas, as pessoas idosas desempenham um papel muito ativo na dinâmica da produção e, por isso, trabalham até idades mais avançadas do que os não indígenas (7). Por outro lado, como será visto abaixo, a falta de proteção social também atua como um fator que obriga essas pessoas a permanecerem ativas no mercado de trabalho.

Figura 10. Taxa de participação no mercado de trabalho das populações indígena e não indígena com 60 anos ou mais

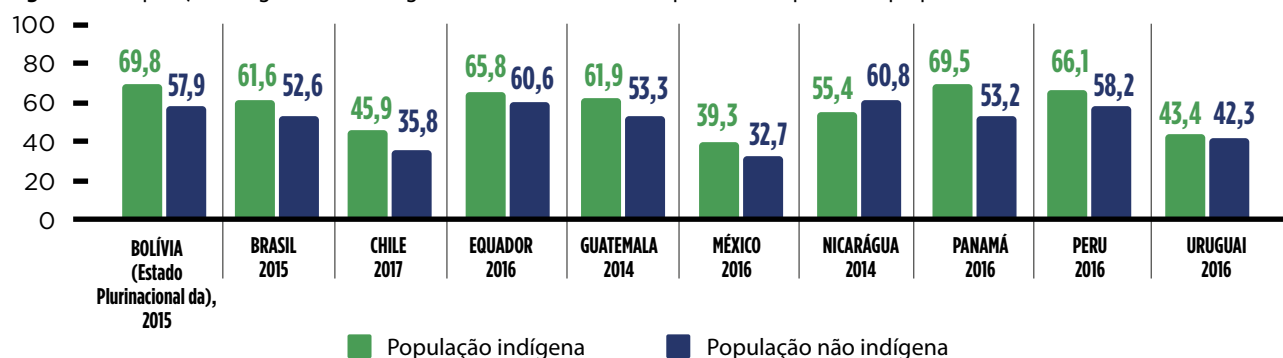


Nota: Dados de sete países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nas pesquisas de domicílios mais recentes disponíveis.

Embora não seja possível elucidar até que ponto a participação no mercado de trabalho segue padrões tradicionais ou necessidades de sobrevivência, os estudos mostram que as pessoas indígenas de modo geral enfrentam uma maior precariedade no trabalho. Nesse sentido, os números disponíveis mostram uma grande proporção de pessoas idosas que trabalham por conta própria, com valores que variam de 39,3% no México a quase 70% no Estado Plurinacional da Bolívia e no Panamá, e proporções sempre superiores à da população não indígena, exceto na Nicarágua (Figura 11). No entanto, o trabalho por conta própria está vinculado às atividades indígenas tradicionais. Assim, o trabalho assalariado pode significar o abandono dessas atividades e, além disso, não assegurar melhores condições de trabalho (ver Quadro 6). Além disso, a discriminação e o racismo estrutural são evidentes na renda obtida pelas pessoas empregadas, pois uma comparação dos dados por zona de residência, horas trabalhadas e nível de escolaridade revela que as pessoas indígenas ganham sistematicamente menos que as não indígenas. Essas diferenças se ampliam nos níveis de escolaridade mais altos e em detrimento das mulheres indígenas, que ganham os salários mais baixos (1).

Figura 11. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais que trabalha por conta própria



Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nas pesquisas de domicílios mais recentes disponíveis.

Nota: Dados de 10 países da América Latina.

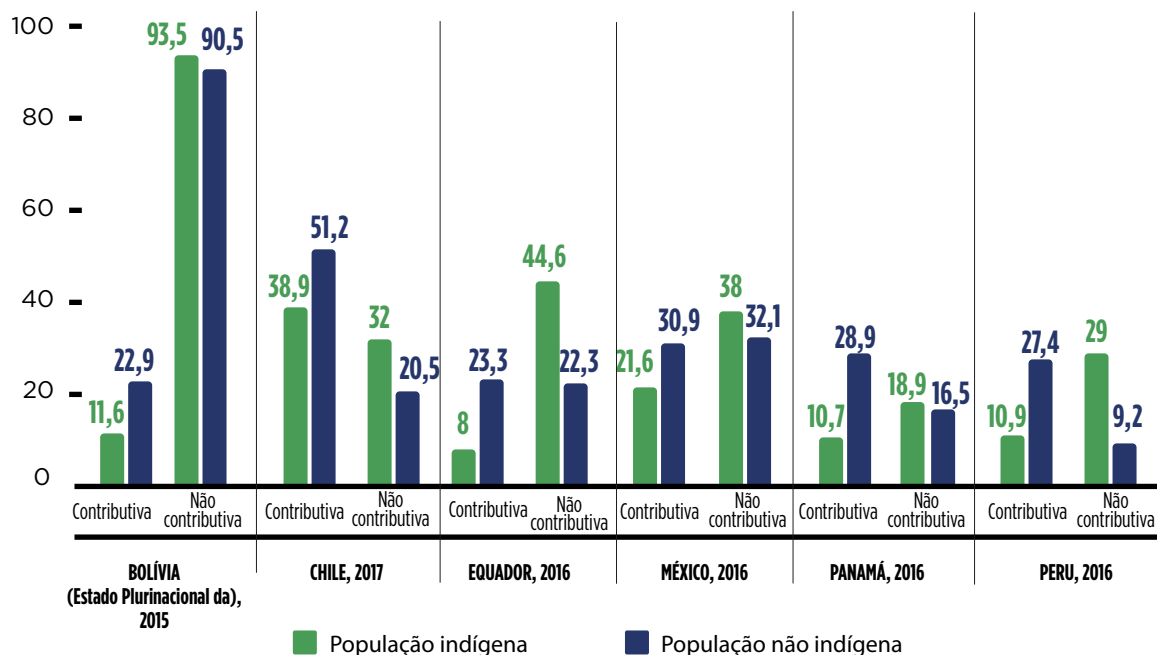
QUADRO 6. Dinâmicas do trabalho assalariado indígena

Cumpra ter em mente que, embora o trabalho por conta própria continue a ser importante, as dinâmicas econômicas rurais da América Latina e seu impacto nas terras indígenas e nos recursos para o desenvolvimento de atividades produtivas tradicionais determinam uma retração e dão lugar ao trabalho assalariado indígena, sobretudo no setor agropecuário, que não apenas costuma ser informal, mas também depende das variações sazonais da necessidade de mão de obra características desse setor. Além disso, com o crescimento da agricultura intensiva em muitos países, houve um aumento na migração, dentro das áreas rurais, de diaristas agrícolas indígenas, que se deslocam de suas comunidades de origem e estão sujeitos não apenas a condições precárias de trabalho, mas também a condições de vida geralmente indignas nos locais de destino. Esse é apenas um exemplo da multiplicidade de fatores por trás dos “bons” números do desemprego indígena na zona rural.

Fonte: Baseado em Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe. Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45664>.

Como é de se esperar em contextos de precariedade do trabalho, o acesso a benefícios sociais também é afetado. A Figura 12 mostra como as pessoas idosas indígenas têm menos acesso a pensões contributivas em todos os países. Apesar da expansão desses sistemas, persistem a baixa cobertura, a desigualdade de acesso (19) e a insuficiência dos sistemas para fazer face às necessidades e vulnerabilidades da vida rural e às características culturais e geográficas específicas (19, 20). Essa situação afeta particularmente as populações indígenas e, mais ainda, as mulheres (Figura 13), que sistematicamente têm menos acesso a pensões contributivas do que as pessoas idosas indígenas do sexo masculino.

Figura 12. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais que recebe pensões contributivas e não contributiva

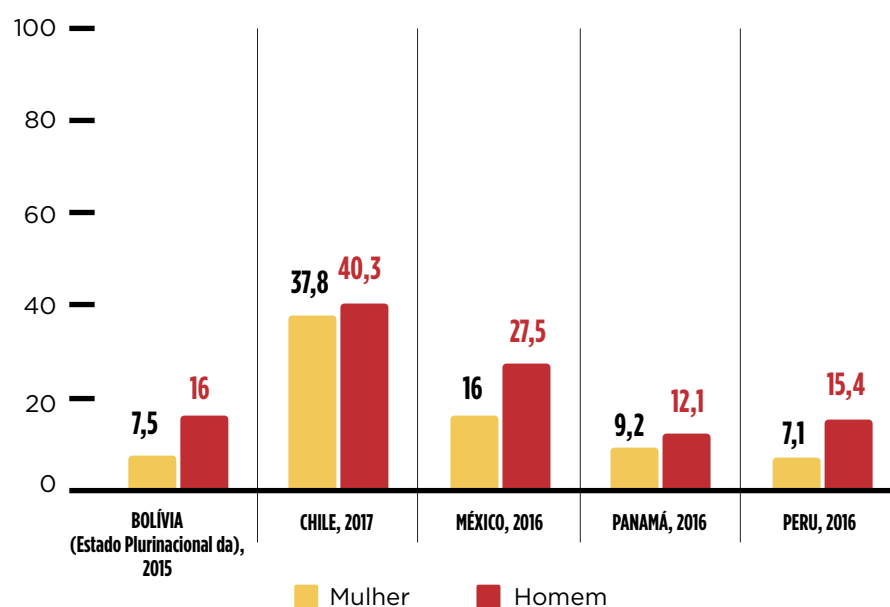


Nota: Dados de seis países da América Latina.

Fonte: Adaptado de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe. Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45664>.

Também é importante mencionar que essas situações pelas quais as pessoas idosas indígenas passam, caracterizadas por uma maior participação no mercado de trabalho informal e pela baixa cobertura da proteção social, aumentaram a vulnerabilidade à pandemia de COVID-19. Nesse sentido, as restrições de mobilidade impostas para evitar a propagação do vírus dificultam ou mesmo impossibilitam o trabalho, o que põe em risco o acesso aos recursos necessários para garantir, pelo menos, a alimentação. Contudo, essa realidade afeta as pessoas idosas indígenas em contextos urbanos de maneira diferente em comparação com as que permanecem em seus territórios ancestrais.

Figura 13. População indígena com 60 anos ou mais que recebe pensões contributivas, por sexo



Nota: Dados de cinco países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nas pesquisas de domicílios mais recentes disponíveis.

As pessoas idosas indígenas e a incapacidade

O conceito de incapacidade está em constante evolução. Entre as comunidades indígenas, existem diferentes interpretações de deficiência ou incapacidade, a ponto de algumas sociedades não usarem a expressão “pessoas com deficiência” (21). Entre alguns povos, as pessoas indígenas com incapacidade intelectual são membros valorizados e respeitados, reconhecidos por sua contribuição mais do que por suas incapacidades. Suas características são vistas como naturais e parte da pessoa e não como uma limitação de seu desempenho ou capacidade (22). Em outras culturas, essa visão positiva da incapacidade pode ter evoluído para uma percepção negativa, em consequência da adoção do modelo ocidental de desenvolvimento.

Para além da interpretação cultural desse conceito, é sabido que, à medida que a idade aumenta, também cresce a probabilidade de ter alguma incapacidade. Além disso, a incapacidade está associada à pobreza em uma relação complexa: pode-se afirmar que a incapacidade é tanto uma causa como uma consequência da pobreza (3). É uma causa na medida em que as pessoas com alguma incapacidade têm menos oportunidades de ter uma participação de qualidade no mercado de trabalho; é uma consequência porque a pobreza pode vir acompanhada por dificuldades no acesso aos sistemas de saúde e a uma alimentação saudável, por condições insalubres no lar (água potável e saneamento), e pela exposição a trabalhos perigosos e à

violência, fatores que podem afetar a probabilidade de sofrer com uma incapacidade (23).

Por esse ponto de vista, seria de se esperar que a proporção de pessoas idosas com incapacidade fosse maior entre a população indígena do que entre a população não indígena. A tabela abaixo mostra a proporção de pessoas indígenas e não indígenas com 60 anos ou mais com diferentes tipos de incapacidade, desagregadas por faixa etária e sexo. Convém esclarecer que as informações não são totalmente comparáveis entre os países, pois cada país registra as incapacidades de forma diferente. Os principais resultados mostram que:

- Conforme esperado, a incapacidade aumenta com a idade: a proporção de pessoas com incapacidade é notadamente maior na população com 80 anos ou mais do que entre as pessoas com 60 a 79 anos.
- A proporção da população com deficiência visual e auditiva é maior entre a população indígena do que entre a população não indígena, exceto na população de 60 a 79 anos da Guatemala. Números semelhantes são observados entre homens e mulheres ou, pelo menos, não se percebe uma tendência clara entre eles no que diz respeito às deficiências visuais. Quanto às deficiências auditivas, são mais prevalentes entre os homens (indígenas e não indígenas).
- As incapacidades motoras são menores na população indígena do que na população não indígena na Colômbia e na Guatemala. Uma possível explicação pode ser encontrada nos estilos de vida da população indígena, que estendem a vida profissional até idades mais avançadas, o que lhes permite manter o corpo ativo, ao contrário dos estilos de vida mais sedentários da população idosa não indígena. Contudo, no Peru, a proporção da população com esse tipo de incapacidade é maior na população indígena. Observa-se uma proporção maior de mulheres com incapacidades motoras em todos os países, faixas etárias e populações (indígena e não indígena).

Figura 14. População indígena e não indígena com 60 anos ou mais com incapacidade, por tipo de deficiência/incapacidade, faixa etária e sexo

país	idade	sexo	DEFICIÊNCIA VISUAL		DEFICIÊNCIA AUDITIVA		INCAPACIDADE MOTORA	
			População indígena	População não indígena	População indígena	População não indígena	População indígena	População não indígena
COLÔMBIA, 2018	60 a 79 anos	Homens	6,3	4,9	4,0	2,5	4,6	4,6
		Mulheres	6,8	5,5	3,2	1,8	6,0	5,7
	80 anos ou mais	Homens	15,1	12,8	14,6	10,9	14,7	15,3
		Mulheres	15,7	12,9	12,7	9,1	18,3	20,3
GUATEMALA, 2018	60 a 79 anos	Homens	4,7	4,9	3,7	2,8	3,5	4,6
		Mulheres	5,1	5,7	3,2	2,0	4,4	5,8
	80 anos ou mais	Homens	16,8	15,6	17,9	14,9	15,7	17,4
		Mulheres	16,6	15,3	15,7	12,0	17,7	21,6
PERU, 2017	60 a 79 anos	Homens	19,5	15,9	11,3	6,7	10,6	7,7
		Mulheres	22,7	21,5	9,8	5,3	15,5	10,2
	80 anos ou mais	Homens	36,5	29,9	32,5	25,0	23,5	21,0
		Mulheres	35,2	30,5	27,7	20,2	30,5	27,3

Nota: Dados percentuais de três países da América Latina.

Fonte: Dados processados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com base nos censos populacionais e habitacionais mais recentes disponíveis.

É evidente que a condição de incapacidade pode prejudicar a independência, aumentando a necessidade de cuidadores. No contexto da pandemia de COVID-19, os riscos são agravados em dois sentidos: por um lado, os riscos de contágio devido à necessidade de contato com os cuidadores e à falta de informação em formatos acessíveis, entre outras razões; por outro, o risco de deterioração do bem-estar, pois o isolamento preventivo pode aumentar as dificuldades de acesso a cuidados, atenção médica, tratamento e alimentação necessários para o manejo das incapacidades.

Conclusões

Embora tenham sido feitos avanços no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e nos compromissos do Estado em termos da legislação e regulamentação nos países, ainda existem atrasos significativos no exercício dos direitos, uma questão que se reflete nas condições de vida desses povos, incluídas as pessoas idosas indígenas. Os números apresentados nesta publicação evidenciam as situações de vulnerabilidade e as desigualdades estruturais que afetam as pessoas idosas indígenas e, em particular, as mulheres.

Conforme declarado recentemente pelo Mecanismo de Peritos da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas:

A propagação da COVID-19 agravou e continuará a agravar uma situação já crítica para muitos povos indígenas: uma situação em que grassam as desigualdades e a discriminação. O aumento das recessões no nível nacional e a possibilidade real de uma depressão mundial agravarão ainda mais a situação, causando o temor de que muitos povos indígenas morram, não apenas pelo vírus em si, mas também pelos conflitos e violência vinculados à escassez de recursos e, em especial, de água potável e alimentos (24).

Nesse contexto, o aumento dos conflitos e a militarização nos territórios indígenas impactam a vida das comunidades e limitam seriamente as possibilidades de progresso no envelhecimento saudável. Por isso, é fundamental avançar na proteção jurídica dos territórios indígenas e na governança das terras e dos recursos naturais pelos povos indígenas.

Embora os indicadores analisados possam ser um pouco melhores nas cidades do que nas áreas rurais, as pessoas idosas indígenas nas áreas urbanas enfrentam outras carências difíceis de quantificar em consequência da distância de suas comunidades, da solidão, dos maus-tratos e do racismo, entre outros fatores. Por esse motivo, sem descuidar dos direitos territoriais, também é preciso estabelecer políticas para as pessoas idosas indígenas nos contextos urbanos.

Na área da saúde e no âmbito das normas sobre os direitos coletivos dos povos indígenas, convém considerar políticas para fortalecer a medicina tradicional e seus agentes. Nesse sentido, as pessoas idosas indígenas (homens e mulheres, dependendo dos povos) desempenham um papel central nos processos de saúde, doença e cura, bem como na prática da medicina tradicional indígena. Além disso, todas as ações destinadas a assegurar o bem-estar dessas pessoas devem articular os direitos individuais com os direitos coletivos, de modo a fortalecer

as funções tradicionais que valorizem positivamente a velhice e incorporem todo o acervo de conhecimentos e práticas ancestrais para a proteção da biodiversidade, dos sistemas próprios de saúde e alimentação e das economias sustentáveis. Isso pode contribuir de maneira significativa não apenas para o êxito das respostas à pandemia de COVID-19, mas também para a mitigação das consequências a médio prazo e, decididamente, para repensar um novo modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, igualitário, inclusivo e, ao mesmo tempo, diverso.

Referências

1. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe. Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. 265 pp. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45664>.
2. Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, Fórum Indígena do Abya Yala. Los pueblos indígenas ante la pandemia del COVID-19. Primer informe regional. La Paz: Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe; 2020. 46 pp. Disponível em: <https://www.filac.org/primer-informe-regional-plataforma-indigena-regional-covid-19/>.
3. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Personas con discapacidad ante la enfermedad por coronavirus (COVID-19) en América Latina y el Caribe: situación y orientaciones. Informes COVID-19. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. 4 pp. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45491>.
4. Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, Observatório Regional de Direitos dos Povos Indígenas. Informe regional: Revitalización de Lenguas Indígenas. Pueblos e idiomas indígenas en América Latina y El Caribe: situación actual y perspectivas. Série Derechos e Interculturalidad 2. La Paz: Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe; 2020. 142 pp. Disponível em: <https://www.ordpi.org/wp-content/uploads/2021/03/Informe-Regional-Lenguas-Indigenas-Derechos-Intercult-2.pdf>.
5. Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, Observatório Regional de Direitos dos Povos Indígenas, ONU Mulheres. Informe regional: Mujeres indígenas de las Américas a de la Declaración de Beijing. Série Derechos e Interculturalidad 1. La Paz: Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe; 2020. 182 pp. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2021/03/mujeres-indigenas-enfrentan-mayores-barreras-para-ejercer-sus-derechos>.
6. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Mujeres indígenas. Las mujeres indígenas y sus derechos humanos en las Américas. Washington, D. C.: Organización dos Estados Americanos; 2017. 155 pp. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/mujeresindigenas.pdf>.

7. Enlace Continental de Mujeres Indígenas das Américas, Coordinadora Nacional de Mujeres Indígenas, Centro de Culturas Indígenas do Peru (CHIRAPAQ). VIII Encontro continental de mulheres indígenas das Américas. Memoria. Levantando nuestras voces por la paz y la seguridad de nuestros pueblos y continentes. Série: Indígenas en Acción/37. Lima: Centro de Culturas Indígenas do Peru; 2021. 139 pp. Disponível em: <http://chirapaq.org.pe/es/wp-content/uploads/sites/3/2021/07/MEMORIA-VIII-ENCUENTRO-en-baja.pdf>.
8. Organização Mundial da Saúde. Decade of healthy ageing: baseline report. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2020. 187 pp. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240017900>.
9. Huenchuán S. El envejecimiento de la población indígena en América Latina: aproximación conceptual y sociodemográfica. in: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: información sociodemográfica para políticas y programas. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2006. pp. 529 a 546. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/4131>.
10. Albó X. Suma qamaña = convivir bien. ¿Cómo medirlo? in: Farah I., Vasapollo L., orgs. Vivir bien: ¿paradigma no capitalista? La Paz: Pós-graduação em Ciências do Desenvolvimento da Universidade Superior de San Andrés; 2011. pp. 133-44. Disponível em: <https://dhls.hegoa.ehu.eus/documents/5315>.
11. Vanhulst J. El laberinto de los discursos del buen vivir: entre Sumak Kawsay y socialismo del siglo XXI. Polis. 16 de maio de 2015; 40. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/10727>.
12. Puente R. “Vivir bien” y descolonización. in: Farah I., Vasapollo L., orgs. Vivir bien: ¿paradigma no capitalista? La Paz: Pós-graduação em Ciências do Desenvolvimento da Universidade Superior de San Andrés; 2011. pp. 345-66. Disponível em: <https://dhls.hegoa.ehu.eus/documents/5315>.
13. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Pueblos Indígenas de América Latina: políticas y programas de salud, ¿cuánto y cómo se ha avanzado? Informe del Seminario-Taller. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2008. 43 pp. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/6936>.
14. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Los pueblos indígenas en América Latina. Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2014. 408 pp. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37222>.

15. Huenchuán S., org. Envejecimiento, personas mayores y Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: perspectiva regional y de derechos humanos. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2018. 251 pp. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44369/1/S1800629_es.pdf.
16. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe et al. El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. 84 pp. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46543>.
17. Villasana Benítez S., e Reyes Gómez L. Diagnóstico sociodemográfico de los adultos mayores indígenas de México. México D. F.: Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; 2006. 110 pp. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323202590_Diagnostico_Sociodemografico_de_los_Adultos_Mayores_Indigenas_de_Mexico.
18. Del Popolo F., org. Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad. Série Livros de la CEPAL. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2017. 532 pp. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/43187/S1600364_es.pdf.
19. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Desafíos para la protección de las personas mayores y sus derechos frente a la pandemia de COVID-19. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2020. 35 pp. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46487-desafios-la-proteccion-personas-mayores-sus-derechos-frente-la-pandemia-covid-19>.
20. Trivelli C., e Berdegué J. A. Transformación rural. Pensando el futuro de América Latina y el Caribe. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, 1. Santiago do Chile: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; 2019. 78 pp. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca5508es/>.
21. Organização das Nações Unidas, Conselho Econômico e Social, Fórum Permanente sobre Questões Indígenas. Estudio sobre la situación de las personas indígenas con discapacidad, con especial atención a los desafíos que enfrentan respecto del pleno disfrute de los derechos humanos y la inclusión en el desarrollo. Nova York: Organização das Nações Unidas; 2013. 20 pp. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/744625?ln=es>.
22. Rivas Velarde M. C. Indigenous persons with disabilities: access to training and employment: discussion paper. Genebra: Organização Internacional do Trabalho; 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---ifp_skills/documents/publication/wcms_396412.pdf.

23. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Nudos críticos del desarrollo social inclusivo en América Latina y el Caribe: antecedentes para una agenda regional. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44799-nudos-criticos-desarrollo-social-inclusivo-america-latina-caribe-antecedentes>.
24. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Escritório Regional para a América do Sul. COVID-19, un desafío más para los pueblos indígenas [Internet]. Santiago do Chile: Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Escritório Regional para a América do Sul; 7 de abril de 2020. Disponível em: <https://acnudh.org/covid-19-un-desafio-mas-para-los-pueblos-indigenas/>.

Ao pensar e compreender o envelhecimento saudável, é importante considerar os diversos processos de envelhecimento da população e, no que diz respeito aos povos indígenas, considerar as questões estruturais entrelaçadas, que vão desde desigualdades acentuadas em relação à população não indígena, acompanhadas de conflitos ligados ao território, até aspectos culturais como a forma de conceber e interpretar a velhice, o envelhecimento, a saúde e o que é saudável. Esta publicação apresenta um resumo das informações contextuais sobre o tamanho, a localização e a distribuição da população indígena na América Latina e Caribe, com foco no envelhecimento demográfico dos povos indígenas, e descreve a situação social, econômica e cultural das pessoas idosas indígenas. Os dados, extraídos dos censos nacionais mais recentes disponíveis, indicam que foram feitos avanços no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e nos compromissos do Estado em termos da legislação e regulamentação nos países, mas ainda existem atrasos significativos no exercício dos direitos, uma questão que se reflete nas condições de vida desses povos, incluídas as pessoas idosas indígenas. Os números apresentados evidenciam as situações de vulnerabilidade e desigualdades estruturais que afetam as pessoas idosas indígenas e, em particular, as mulheres. Essa realidade mantém os povos indígenas entre os grupos mais vulneráveis no que se refere às questões sociais, econômicas, demográficas e culturais. A Década do Envelhecimento Saudável é um bom momento para um chamado à ação e um trabalho eficaz para promover o envelhecimento saudável das populações indígenas.